



**Notas ao Balanço e à
Demonstração de Resultados**

**Documentos de Prestação de Contas
(Doc. n.º 13)**

Anexo ao Balanço de 31 de Dezembro de 2007

8.2. Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

Nota Prévia

1. Com vista ao cumprimento do estipulado no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, foi elaborado o presente balanço, de acordo com os princípios contabilísticos fundamentais previstos no plano de contabilidade supra referenciado.

Neste contexto, foram tomadas todas as medidas e preceitos legais aplicáveis, de modo a que o presente balanço represente, de forma fiel e rigorosa, a situação patrimonial do Município de Albufeira em 31 de Dezembro de 2007.

2. As notas que a seguir se desenvolvem respeitam a numeração definida pelo POCAL com excepção das rubricas 8.2.1., 8.2.2., 8.2.4., 8.2.5., 8.2.10., 8.2.11., 8.2.13., 8.2.18., 8.2.20., 8.2.21., 8.2.23., 8.2.24., 8.2.25. e 8.2.30., por não serem aplicáveis.

8.2.3. Os critérios valorimétricos utilizados relativamente às rubricas do balanço e da demonstração de resultados foram:

a) Imobilizado Corpóreo

Os bens do activo imobilizado foram registados ao custo de aquisição ou construção (IVA incluído, por não ser dedutível, nas imobilizações que não envolvam despesas relacionadas com a captação, tratamento e distribuição de água, dado que, este Município utiliza o critério de afectação real no que concerne ao IVA).

As amortizações foram efectuadas pelo método das quotas constantes e às taxas máximas legalmente fixadas no Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE) – Portaria n.º 671/2000 de 17 de Abril (2.ª Série).

Todos os bens do activo imobilizado, inclusive os de valor unitário que não ultrapassem os 80% do índice 100 da escala salarial das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública, reportado ao ano de aquisição, foram amortizados às taxas legais aplicáveis.

b) Existências e Materiais Diversos

As contas de existências registam o custo de aquisição (IVA incluído, por não ser dedutível, nas aquisições que não envolvam despesas relacionadas com a captação, tratamento e distribuição de água, dado que, este Município utiliza o critério de afectação real no que concerne ao IVA), relativo aos bens aprovisionáveis destinados ao consumo e à incorporação material nos produtos finais, tendo sido adoptado o sistema de inventário permanente.

O método de custeio das saídas adoptado foi o Custo Médio Ponderado (CMP), por se considerar o método que melhor evidencia o custeio dos bens aprovisionáveis e destinados ao consumo.

c) Dívidas de Terceiros

No que se refere às dívidas de terceiros, nomeadamente as provisões constituídas de modo a fazer face às dívidas de clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa foi adoptado o seguinte critério estabelecido no POCAL:

- 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses.

Quanto às provisões para fazer face a riscos e encargos inerentes a processos judiciais em curso, foi utilizado o critério tipificado pelo POCAL.

d) Acréscimos e diferimentos

Nota introdutória:

Esta conta destina-se a permitir o registo dos custos e dos proveitos nos exercícios a que respeitam.

271 - Acréscimos de proveitos:

Esta conta serve de contrapartida aos proveitos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja receita só venha a obter-se em exercício(s) posterior(es).

2711 – Juros a receber:

Nesta conta foram registados os juros de depósitos a prazo ou outras aplicações relativos ao exercício, mas que o Banco creditará apenas no exercício seguinte.

272 – Custos diferidos:

Compreende os custos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes. A quota-parte dos diferimentos incluídos nesta conta que for atribuída a cada exercício irá afectar directamente a respectiva conta de custos.

273 - Acréscimos de custos:

Esta conta serve de contrapartida aos custos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer-se em exercício ou exercícios posteriores.

2732 - Remunerações a liquidar:

Compreende, entre outras, as remunerações (e respectivos encargos) devidas por motivo de férias cujo processamento e pagamento ocorra no ano seguinte.

Nesta conta, foram registados os valores correspondentes a estimativa dos custos com remuneração do período de férias, o subsídio de férias, os encargos com a Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social de conta do Município, uma vez que, as despesas com férias, subsídios de férias e respectivos encargos são custos do exercício a que se reportam os direitos respectivos.

Assim, em 31 de Dezembro de 2007 vence-se o direito dos trabalhadores às férias e subsídio de férias, que vão ser pagas em 2008, sendo tal direito uma obrigação do Município em 31 de Dezembro de 2007.

Para dar cumprimento ao princípio da especialização dos exercícios, ao direito às férias e subsídio de férias e respectivos encargos vencidos em 31 de Dezembro, deve ser dado o tratamento contabilístico presentemente adoptado no Balanço.

274 - Proveitos diferidos:

Compreende os proveitos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes.

2745 - Subsídios para investimentos:

Incluem-se nesta conta os subsídios associados com activos, que deverão ser transferidos, numa base sistemática, para a conta 7983

«Proveitos e ganhos extraordinários - Outros proveitos e ganhos extraordinários – Transferências de Capital» à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitem.

Assim, foram contabilizados nesta conta, os subsídios recebidos nos últimos anos, por subsídios ao investimento, no âmbito do Fundo de Coesão, do FEDER e do FEOGA.

8.2.6. No que concerne as “Despesas de investigação e de desenvolvimento” podemos referir que as mesmas dizem respeito a Cartografia numérica vectorial do Concelho de Albufeira; Planos Operacionais, de Emergência, de Segurança, de Pormenor e Estudos Geotécnicos.

8.2.7. Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e provisões, de acordo com os quadros seguintes:

MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA

Activo bruto

Ano: 2007

Un. €

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação / ajustamento	Aumentos	Alienações	Sinistros	Abates	Transferências	Saldo final
De bens de domínio público:								
Terenos e recursos naturais	123.018,59	0,00	629.446,35	0,00	0,00	180.000,00	0,00	572.464,94
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infra-estruturas	116.782.384,75	0,00	441.222,75	0,00	0,00	0,00	6.153.275,92	123.376.883,42
Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros bens de domínio público	1.540.096,66	0,00	660.001,84	0,00	0,00	0,00	49.953,36	2.250.051,86
Imobilizações em curso	8.499.418,74	0,00	7.825.626,61	0,00	0,00	0,00	-6.213.729,28	10.111.316,07
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	126.944.918,74	0,00	9.556.297,55	0,00	0,00	180.000,00	-10.500,00	136.310.716,29
De imobilizações incorpóreas:								
Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e de desenvolvimento	67.662,10	0,00	40.154,58	0,00	0,00	0,00	58.748,85	166.565,53
Propriedade industrial e outros direitos	390.499,14	0,00	1.15.592,64	0,00	0,00	0,00	0,00	506.091,78
Imobilizações em curso	736.306,32	0,00	281.075,24	0,00	0,00	0,00	-58.748,85	958.632,71
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	1.194.467,56	0,00	436.812,46	0,00	0,00	0,00	0,00	1.631.280,02
De imobilizações corpóreas:								
Terenos e recursos naturais	2.475.926,47	0,00	144.750,00	0,00	0,00	0,00	10.500,00	2.631.176,47
Edifícios e outras construções	44.168.119,90	0,00	353.199,87	0,00	0,00	95.000,00	2.792.975,67	47.219.295,44
Equipamento básico	8.532.732,54	0,00	1.070.269,22	0,00	0,00	171.560,49	0,00	9.431.441,27
Equipamento de transporte	2.634.832,01	0,00	288.782,87	0,00	0,00	34.417,10	0,00	2.889.197,78
Ferramentas e utensílios	141.963,40	0,00	20.855,82	0,00	0,00	0,00	0,00	162.819,22
Equipamento administrativo	6.984.636,44	0,00	572.178,10	0,00	0,00	142.089,03	0,00	7.414.725,51
Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	2.047.897,39	0,00	19.351,22	0,00	0,00	369,31	0,00	2.066.879,30
Imobilizações em curso	12.300.562,32	0,00	4.308.339,05	0,00	0,00	0,00	-2.792.975,67	13.815.925,70
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	79.286.670,47	0,00	6.777.726,15	0,00	0,00	443.435,93	10.500,00	85.631.460,59
De investimentos financeiros:								
Parte de capital	5.320.729,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.320.729,79
Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos em imóveis:								
Terenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras:								
Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos da dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	5.320.729,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.320.729,79

MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA

Un. €

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
De bens de domínio público:				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infra-estruturas	52.605.656,81	7.116.196,57	0,00	59.721.853,38
Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros bens de domínio público	168.533,08	102.248,55	0,00	270.781,63
	52.774.189,89	7.218.445,12	0,00	59.992.635,01
De imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e de desenvolvimento	0,00	22.062,50	0,00	22.062,50
Propriedade industrial e outros direitos	70.008,96	115.965,95	0,00	185.974,91
	70.008,96	138.028,45	0,00	208.037,41
De imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções				
Edifícios	2.518.929,83	342.900,71	4.750,00	2.857.080,54
Outras Construções	1.833.227,60	275.701,40	0,00	2.108.929,00
Equipamento básico	5.876.776,64	745.162,15	138.292,28	6.483.646,51
Equipamento de transporte	1.560.628,33	223.767,26	34.417,10	1.749.978,49
Ferramentas e utensílios	95.224,09	22.162,71	0,00	117.386,80
Equipamento administrativo	5.169.925,70	799.988,40	132.037,52	5.837.876,58
Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	1.460.206,68	85.717,30	310,41	1.545.613,57
	18.514.918,87	2.495.399,93	309.807,31	20.700.511,49
De investimentos financeiros:				
Parte de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos em imóveis:				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras:				
Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos da dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00

8.2.8. Cada uma das rubricas dos mapas atrás referidos, estão desagregadas na relação do Património do Município de Albufeira, que será apresentado pela Secção de Património juntamente com a prestação de contas em apreço, de modo que sejam evidenciadas as seguintes informações:

- Descrição do activo imobilizado;
- Indicação dos valores dos bens adquiridos;
- Datas de Aquisição;
- Valores de aquisição, ou outro valor contabilístico na sua falta;
- Taxas de Amortização;
- Amortizações do exercício e acumuladas;
- Abates de elementos do activo imobilizado;
- Valores líquidos dos elementos do activo imobilizado.

8.2.9. No que diz respeito aos empréstimos obtidos para financiamento de imobilizações, podemos referir que, durante o ano de 2007, o valor pago para amortização de empréstimos é de € 1.206.712,73, sendo o montante pago em juros de empréstimos de € 827.669,38. O saldo do capital em dívida referente a empréstimos de médio e longo prazo obtidos, em 31 de Dezembro de 2007, é de 19.100.622,72 €, conforme se pode verificar pela relação anexa. Note-se que no ano em análise não foram feitas quaisquer capitalizações.

ENDIVIDAMENTO EMPRESÍTIMOS

(De harmonia com o ponto n.º 8.2.9 do POCAL)

Município de Albufeira

Ano: 2007

(Unidade: Euro)

Caracterização do empréstimo	N.º empréstimo	Entidade	Data de aprovação pela A. M.	Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Visto do TC		Finalidade do Empréstimo (c)	Capital		Taxa de Juro		Encargos do ano			Encargos do ano vencidos e não pagos	Divida em 1 de Janeiro de 2007	Divida em 31 de Dezembro de 2007	
							Número de registo	Data		Contratado	Utilizado	Inicial	Actual	Amortização	Juros	Total				Juros de mora
Curto Prazo (b)																				
Total/A transportar																				
	0018/000025/687/0019	C.G.D.	30.03.93	17.05.93	25	13	24386	29.04.93	Invest. Habit. Social abrigo do D.L. Nº 110/85 de 17 Abril (1)*	295.353,20	295.353,20	10,500%	3,17500%	15.455,87	6.856,72	22.412,59		212.706,44	197.252,57	
	0018/000026/687/0019	C.G.D.	22.04.94	23.05.94	26	11	44045	09.05.94	Invest. Habit. Social abrigo do D.L. Nº 110/85 de 17 Abril (64 fogos) (1)*	716.378,53	716.378,53	7,700%	3,17500%	30.128,22	17.716,05	47.844,27		529.822,71	499.694,48	
									Reparação de prejuízos ao abrigo da linha de crédito criada pelo D.L. nº 47/99 de 15 de Maio	99.759,58	99.759,58	4,950%	2,74500%	8.515,49	1.210,52	9.726,01		42.886,61	34.351,12	
	0018/000027/687/0019	C.G.D.	31.07.96	28.08.96	15	10	62733	15.10.96	Invest. Habit. Social abrigo do D.L. Nº 110/85 de 17/04 e 226/87 de 06/06 (47 fogos) (1)*	870.220,00	845.789,83	3,05033%	1,50000%	48.501,37	10.138,51	58.639,88		680.505,70	642.004,33	
	0015/000028/487/0019	C.G.D.	21.06.99	23.07.99	25	8	12325	07.07.99	Invest. Habit. Social abrigo do D.L. Nº 110/85 de 17/04 e 226/87 de 06/06 (47 fogos) (1)*	3.242.186,33	3.242.186,33	4,60800%	4,00000%	139.582,02	110.748,20	250.330,22		2.803.254,84	2.663.672,82	
	9015/000010/687/0019	C.G.D./BEI	27.06.01	23.08.01	20	6	2238101	09.08.01	Investimento (N)	3.242.186,33	3.242.186,33	4,00000%	4,00000%	153.281,52	121.817,75	274.899,27		3.076.384,70	2.925.103,18	
	9015/000065/487/0019	C.G.D.	29.04.02	21.06.02	20	5	1281702	12.06.02	Investimento (N)	5.000.000,00	5.000.000,00	4,20466%	4,68133%	198.412,81	216.107,26	413.520,07		4.462.744,72	4.284.331,91	
	274/00242/00.8	B.E.S.	29.04.02	12.06.02	20	5	1282102	12.06.02	Investimento (N)	6.971.150,00	6.971.150,00	4,25000%	4,12500%	536.242,32	289.422,29	805.664,61		5.630.544,20	5.094.301,88	
	9015/001188/487/0019	C.G.D.	26.06.03 C/Cont. 03.07.04	20.08.03	20	4	399103	07.08.03	Urbanização, no âmbito da medida 1.5 do Protagarve - CCA III (DL 144/00 de 15/07) (1)*	381.430,00	372.470,48	1,00000%	1,17700%	20.992,80	4.987,25	25.680,05		351.777,68	331.084,88	
	9015/001190/687/0019	C.G.D.	26.06.03 C/Cont. 03.07.04	20.08.03	8	4	402103	07.08.03	Abastecimento de Água, no âmbito da medida 1.5 do Protagarve - CCA III (DL 144/00 de 15/07) (1)*	29.383,00	24.382,78	1,00000%	1,17700%	4.063,80	274,75	4.338,55		20.318,96	16.255,18	
	9015/001191/487/0019	C.G.D.	26.06.03 C/Cont. 03.07.04	20.08.03	10	4	401103	07.08.03	Abastecimento de Água, no âmbito da medida 1.5 do Protagarve - CCA III (DL 144/00 de 15/07) (1)*	64.000,00	41.279,78	1,00000%	1,17700%	5.159,98	497,16	5.657,14		36.119,80	30.959,82	
	9015/001392/687/0019	C.G.D.	30.09.03	18.09.03	15	4	127148	13.10.03	Investimento (N)	770.000,00	770.000,00	2,85766%	4,20900%	46.676,53	31.475,20	78.151,73		721.320,09	674.643,56	
	9140/000198/387/0019	C.G.D.	30.09.03	08.10.04	15	3	2545104	24.11.04	Investimento (N)	830.000,00	830.000,00	2,57300%	3,86233%	0,00	24.286,24	24.286,24		300.000,00	830.000,00	
	2031328.830.001	BPI	30.06.05	13.07.05	15	1			Investimento (N)	900.000,00	896.986,88	2,26800%	3,85700%	0,00	13.271,48	13.271,48		0,00	896.986,88	
Total/A transportar										23.412.045,97	23.347.903,82			1.206.712,73	827.669,38	2.034.382,11		18.880.368,47	19.100.622,72	

b) A desagregar por empréstimos bancários, por obrigações, outros empréstimos e por entidade.
c) Utilizar (1), se estiver isento do limite de endividamento, indicando a legislação aplicável, e (N), no caso contrário.
* Isento do limite de endividamento, conforme o disposto na alínea c) do nº 6 do artigo 24º da Lei 42/86, de 6 de Agosto.

8.2.12. Estes valores constam da relação entregue pela DAF/DPA/SP, supra referida, no que concerne às contas de:

↳ Imobilizações em poder de terceiros, com constituição de direito de superfície.

8.2.14. Estes valores constam da relação entregue pela DAF/DPA/SP, supra referida, no que concerne aos bens do imobilizado que não foram possíveis valorizar, uma vez que, por um lado, não havia conhecimento dos valores de aquisição ou construção e, por outro lado, não foi possível estabelecer critérios técnicos válidos e fiáveis para a sua elaboração.

8.2.15. Os bens do domínio público que não são objecto de amortização são os legalmente consagrados, como terrenos e recursos naturais não afectos à extracção, e os bens aos quais não foi possível atribuir valor, que constam da relação da Secção de Património referida no número anterior.

8.2.16. Participações Financeiras:

➤ *Águas do Algarve, S.A*

A empresa Águas do Algarve, S.A, com sede em Faro na Rua do Repouso n.º 10, código postal 8000 – 302, é uma Sociedade Anónima de direito privado e capitais maioritariamente públicos criada pelo Decreto-Lei n.º 168/2000, de 5 de Agosto, e surgiu por fusão das Sociedades Águas do Sotavento Algarvio, S.A e Águas do Barlavento Algarvio, S.A. Essas sociedades foram constituídas, respectivamente, pelo Decreto-Lei n.º 130/95, de 5 de Junho, e pelo Decreto-Lei n.º 136/95, de 12 de Junho, com a responsabilidade pelo cumprimento dos dois contratos de concessão outorgados em 10 de Agosto de 1995 com o Estado Português, relativos

aos Sistemas Multimunicipais de Captação, Tratamento e Abastecimento de Água ao Barlavento e ao Sotavento Algarvio, criados pelo Decreto-Lei n.º 379/93 de 5 de Novembro.

Com a criação pelo Decreto-Lei n.º 167/2000 do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, foi atribuída à Sociedade a concessão da exploração e gestão do referido sistema, pelo Decreto-Lei n.º 172/B-2001 de 26 de Maio, e celebrado o contrato de concessão entre o Estado Português e a empresa em 26 de Maio de 2001.

Em 8 de Novembro e com a publicação do Decreto-Lei n.º 285/2003 foi criado o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve, resultante da fusão dos sistemas do Barlavento e do Sotavento.

Em 7 de Fevereiro de 2005, foi assinado o contrato de concessão relativo à fusão dos dois sistemas Multimunicipais do Barlavento e Sotavento Algarvio, entre o Estado Português e a Águas do Algarve, S.A.

O objecto social da Sociedade é “a exploração e gestão dos sistemas Multimunicipais de Captação, Tratamento e Abastecimento de Água ao Sotavento e ao Barlavento Algarvio” criados pelas alíneas a) e b) do n.º 3 do Decreto-Lei n.º 379/93, de 5 de Novembro, ficando, pela deliberação da Assembleia Geral de 5 de Março de 2001, a exercer também a actividade de exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve.

O capital social da empresa, à data de 31 de Dezembro de 2006, era de € 29.825.000,00, sendo € 12.325.000,00 da área de negócio de tratamento de água e € 17.500.000,00 da área de negócio do saneamento. O valor nominal de cada acção é de € 5,00. Em 31 de Dezembro faltava realizar € 2.380.169,00 relativos ao aumento de capital social.

Este Município detém, no âmbito dos Sistemas Multimunicipais de Captação, Tratamento e Abastecimento de Água, 119.520 acções (que se



encontram depositadas na conta n.º 0018000500844 da Caixa Geral de Depósitos), sendo 60.980 acções da classe A e 58.540 da classe B, correspondendo a 4,85% do capital social, no valor de € 597.600,00.

Relativamente ao Sistema Multimunicipal de Saneamento, a empresa Águas do Algarve informou esta autarquia de um aumento de capital social da sociedade em € 16.367.850,00, a realizar em 2003 (30%), 2004 (35%) e 2005 (35%).

Com efeito, em Assembleia-geral de 19 de Março de 2003, foi deliberado o aumento do respectivo capital social, resultante da concessão, à empresa, do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve. A repartição do capital social pelos diferentes municípios atendeu às percentagens originárias das sociedades Águas do Sotavento e Barlavento Algarvio, o que equivale, para esta autarquia, a 169.750 acções, cada uma no valor de € 5,00, perfazendo um total de € 848.750,00 (5,19%), valor este que ficou totalmente realizado em 2005.

Neste contexto, o Município de Albufeira detêm 289.270 acções no valor total de € 1.446.350,00, o que equivale a 4,85% do Capital Social da empresa.

Tendo em conta que o relatório de 2007 ainda se encontra em fase de elaboração, analisa-se de seguida o relatório e contas de 2006, não aprofundando muito esta análise, uma vez que se trata de dados pouco recentes.

Assim, da análise do relatório e contas referente ao exercício de 2006, salientam-se os seguintes indicadores: o total do Balanço é de € 312.757.531,98, o Volume de Negócios é de € 34.881.274,35, o Capital Próprio é de € 36.819.515,33 e o Resultado Líquido é negativo em € 116.712,57.

➤ **ALGAR – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A**

A empresa Algar – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., com sede na Rua Cândido Guerreiro nº 43 – 3º frente, 8000-318 Faro, foi constituída formalmente pela publicação do Decreto-Lei nº 109/95, de 20 de Maio.

O capital social da empresa é de € 7.500.000,00, correspondendo a 1.500.000 acções de valor nominal de € 5,00 cada.

O Município detém 84.900 acções da classe A, correspondendo a 5,66% do capital social, equivalente a € 424.500,00.

Tendo em atenção que o relatório de 2007 ainda se encontra em fase de elaboração, analisa-se de seguida o relatório e contas de 2006 em traços gerais, uma vez que se trata de dados pouco recentes.

Da análise do relatório e contas referente ao ano de 2006, salientam-se os seguintes indicadores: o total do Balanço é de € 48.634.842,14, o Capital Próprio é de € 9.995.422,04, o Volume de Vendas e Prestação de Serviços é de € 15.964.040,70 e o Resultado Líquido é de € 931.365,14.

O nível de facturação da ALGAR, decorrente do produto do seu processo produtivo, regista um aumento de 15,84% face ao ano anterior, e o Resultado Líquido do exercício observou uma diminuição relativamente ao exercício anterior de 45,53%.

Para o Resultado Líquido apurado no exercício de 2006 no montante de 931.365,14€, foi proposta a seguinte aplicação: € 46.568,26 para Reserva Legal (5%), € 477.315,68 para Dividendos a distribuir aos Senhores Accionistas e € 407.481,20 para Resultados Transitados.

➤ **POLISALBUFEIRA, Sociedade para o desenvolvimento do programa Polis em Albufeira, S.A.**

A POLISALBUFEIRA, Sociedade para o desenvolvimento do programa Polis em Albufeira, S.A, com sede na Avenida da Liberdade, n.º 52 – 1º Dto., 8200-002 Albufeira, foi constituída ao abrigo do Decreto-Lei n.º 36/2001, de 8 de Fevereiro.

Tem um capital social no valor de € 8.500.000,00, subscrito na proporção de 60% pelo Estado (€ 5.100.000,00) e 40% pelo Município de Albufeira (€ 3.400.000,00); é representado por 8.500 acções nominativas com o valor de € 1.000,00 cada uma.

Atendendo a que o relatório de 2007 ainda se encontra em fase de elaboração, analisa-se de seguida o relatório e contas de 2006 em traços gerais, uma vez que se trata de dados pouco recentes.

Da análise do relatório e contas referente ao ano de 2006, salientam-se os seguintes indicadores: o total do Balanço é de € 24.181.290,30, o Capital Próprio é de € 13.552.289,00, sendo o Resultado Líquido do Exercício nulo.

➤ **IMORTAL DE ALBUFEIRA FUTEBOL, S.A.D.**

O Imortal de Albufeira Futebol, S.A.D., com sede no Estádio Municipal de Albufeira, tem como objectivo principal a participação na modalidade de futebol, em competições desportivas de carácter profissional, a promoção e organização de espectáculos desportivos e o desenvolvimento de actividades relacionadas com a prática desportiva profissionalizada da modalidade de futebol.

O município detém 9.976 ações da categoria B nominativas, cada uma no valor de € 5,00, o que perfaz um total de € 49.880,00.

Tendo em conta que o relatório e contas de 2007 ainda se encontra em fase de elaboração e o de 2006 ainda não está disponível, analisaremos de seguida os dados referentes ao exercício de 2002, em traços gerais, uma vez que se trata de dados pouco recentes.

Da análise do relatório e contas referente ao ano de 2002, salientam-se os seguintes indicadores: o total do Balanço é de € 5.007.244,50, o Capital Próprio é de € 1.606.163,57, sendo o Resultado Líquido do Exercício negativo em € 518.880,56.

8.2.17. Relativamente aos valores incluídos na conta 18 – “Outras Aplicações de Tesouraria”, podemos salientar que durante o ano de 2007, foram constituídas três contas de Aplicações de Tesouraria no valor de 1.000.000,00€ cada uma, tendo sido efectuada uma libertação parcial de 400.000,00€ na conta 18102 – “BES – 100023418124”, sendo o seu saldo final de 600.000,00€. Assim sendo, no final de 2007, a referida conta estava constituída da seguinte forma:

Conta	Entidade	Natureza	Valor
18101	BANIF – Banco Internacional do Funchal, S.A.	Aplicação de Tesouraria	1.000.000,00€
18102	BES – Banco Espírito Santo, S.A.	Aplicação de Tesouraria	600.000,00€
18103	BES – Banco Espírito Santo, S.A.	Aplicação de Tesouraria	1.000.000,00€

8.2.19. Não foram encontradas diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do activo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adoptados, e as quantias correspondentes aos respectivos preços de mercado.

8.2.22. O valor global das dívidas de cobrança duvidosa ascende à € 1.666.118,83.

8.2.26. Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança de acordo com o seguinte mapa:

8.2.26 - CONTAS DE ORDEM

Código	Designação	Saldo da Gerência anterior		Movimento Anual		Saldo para a Gerência Seguinte	
		Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Garantias e Cauções							
093	Garantias e Cauções de Terceiros						
0932	Garantias e Cauções de Terceiros, Prestadas	1.008.421,89		453.181,98		1.461.603,87	
09321	Prestadas por Fornecedores de c/c	10.592,12				10.592,12	
09322	Prestadas por Fornecedores de Imobilizado	997.829,77		453.181,98		1.451.011,75	
09323	Prestadas por Outros Credores						
0933	Garantias e Cauções de Terceiros, Devolvidas				275.172,22		275.172,22
09331	Devolvidas a Fornecedores de c/c						
09332	Devolvidas a Fornecedores de Imobilizado				275.172,22		275.172,22
09333	Devolvidas a Outros Credores						
0934	Garantias e Cauções de Terceiros, Accionadas						
09341	Accionadas a Fornecedores de c/c						
09342	Accionadas a Fornecedores de Imobilizado						
09343	Accionadas a Outros Credores						
	Total de Garantias e Cauções	1.008.421,89	0,00	453.181,98	275.172,22	1.186.431,65	0,00
Recibos para Cobrança							
092	Recibos para Cobrança (Receita Virtual)						
0921	À responsabilidade do Tesoureiro	2.153.039,10		1.574.772,43	1.528.316,48	2.199.495,05	
0922	À responsabilidade de Outros Agentes	1.825.299,59		10.630.268,68	9.500.719,57	2.954.848,70	
	Total de Recibos para Cobrança	3.978.338,69	0,00	12.205.041,11	11.029.036,05	5.154.343,75	0,00
	Total	4.986.760,58	0,00	12.658.223,09	11.304.208,27	6.340.775,40	0,00

8.2.27. Desdobramento das contas de provisões acumuladas e respectivos movimentos ocorridos durante o ano em apreço, de acordo com o seguinte quadro:

Código das Contas		Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
19	Provisões para aplicação de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291	Provisões para cobranças duvidosas	1.420.051,45	163.707,08	61.747,72	1.522.010,81
292	Provisões para riscos e encargos	627.742,74	0,00	0,00	627.742,74
39	Provisões para depreciação de existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Provisões para investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00

8.2.28. O Resultado líquido do Exercício de 2006 foi de 4.692.969,97€. Foi aprovado, na prestação de contas de 2006, a transferência de 5% desse valor para a conta 571 – “Reservas Legais” no valor de 234.648,50€, sendo que o restante, no valor de 4.458.321,47€ foi registado na conta 59.

8.2.29. O valor dos custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas, como segue.

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	0,00	495.126,34
Compras	4.387.597,78	379.801,32
Regularizações de existências	0,00	0,00
Existências finais	9.979,90	648.576,56
Custos no exercício	4.377.617,88	226.351,10

8.2.31.

Demonstração de Resultados Financeiros

Cód. das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Cód. das Contas	Proveitos e Ganhos		Exercícios	
		2007	2006		2007	2006		
681	Juros suportados	827.669,38	615.701,48	781	Juros obtidos	396.563,64	164.741,28	
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00	
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de imóveis	1.855.036,19	2.261.557,95	
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de participações de capital	28.620,52	22.743,99	
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00	
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00	
688	Outros custos e perdas financeiros	4.365,75	6.246,08	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	
	Resultados Financeiros	1.448.185,22	1.827.095,66	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00	
	Total.....	2.280.220,35	2.449.043,22		Total.....	2.280.220,35	2.449.043,22	

8.2.32.

Demonstração dos Resultados Extraordinários

Cód. das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Cód. das Contas	Proveitos e Ganhos		Exercícios	
		2007	2006		2007	2006		
691	Transferências de capital concedidas	488.357,08	709.077,06	791	Restituições de impostos	0,00	0,00	
692	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00	
693	Perdas em existências	0,00	0,00	793	Ganhos em existências	0,00	0,00	
694	Perdas em imobilizações	313.628,62	4.266,10	794	Ganhos em imobilizações	297.906,96	140.728,07	
695	Multas e Penalidades	42.774,82	49.629,25	795	Benefícios de penalidades contratuais	300.651,43	199.164,04	
696	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00	0,00	796	Reduções de amortizações e de provisões	61.747,72	94.165,61	
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	184.325,35	161.915,24	797	Correcções relativas a exercícios anteriores	31.194,79	30.108,75	
698	Outros custos e perdas extraordinárias	149.539,12	7.217,08	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	961.913,85	662.106,69	
	Resultados extraordinários	474.789,76	194.168,43		Total.....	1.653.414,75	1.126.273,16	
	Total.....	1.653.414,75	1.126.273,16		Total.....	1.653.414,75	1.126.273,16	